



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Auditório do Hotel Castelmar, Av. Rio Branco, Florianópolis.

**DATA:** 22 de agosto de 2014

**HORÁRIO:** 813 horas

**Presentes à Reunião**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

Tânia Eberhardt, Clécio Antonio Espezim, Marlene Bonow Oliveira, Walter Gomes Filho, Jocélio Voltolini, Karin Geller, Geraldo Azzolini, Winston Zomkowski, Raquel Bittencourt, Grace Ella Berenhauser.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Luis Antonio Silva (São José); Maria Cristina Subtil (Lages); Sidnei Bellé (Caibí); Névio Antonio Mortari (Ita); Alessandro Vernize (Concórdia); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau), Daniel Moutinho (Florianópolis).

**APROVAÇÃO DA ATA**

A Ata da CIB 185ª de 24 de julho de 2014 foi aprovada.

**DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A 186ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/SES Tânia Eberhardt.

**1 DELIBERAÇÕES**

2

**3 a) PPI: TRANSFERÊNCIA DE GESTÃO E REMANEJAMENTO**

4 A CIB **APROVOU** a transferência de gestão de Camboriú; remanejamentos de Rio do Sul,  
5 Itajaí, Ouro Verde, Nova Trento e Ibirama; ajuste de Ponte Serrada e alterações de fluxos de  
6 Caibí, Saltinho, Celso Ramos, Fraiburgo, Salto Veloso, Irineópolis, Pomerode, Garopaba,  
7 São Bento do Sul, Cocal do Sul, entre outros.

8

**9 b) PACTUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DA VISA 2014-2016**

10 A CIB **APROVOU** os critérios para a construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância  
11 Sanitária/2014 a 2016, conforme descrição nesta Deliberação, disponibilizados à mesa, aos  
12 Membros da CIB. E aprova o Modelo do Plano de Ação Municipal, conforme Planilhas  
13 Sistema Pharos.

14

**15 c) PACTUAÇÃO DOS INDICADORES DO SISPACTO**

16 A CIB, Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde),  
17 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a  
18 organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;  
19 Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Orgânica  
20 da Saúde para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento  
21 da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

22 Considerando a resolução nº 5, de 19 de junho de 2013, que dispõe e a nota técnica de nº 70  
23 do Ministério da Saúde, de 20/06/2014, sobre as regras do processo de pactuação de  
24 Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os anos de 2013-2015, com vistas ao  
25 fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) **Resolve** aprovar a  
26 pactuação das diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o ano de 2014. Os indicadores  
27 pactuados irão em anexo a esta Deliberação.

28

29 **d) RATIFICAÇÕES DE ORDENS DE SERVIÇO (CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO)**

30 A CIB **RATIFICOU** as ordens de serviço dos Municípios de Brusque, São João do Itaperiú,  
31 Bela Vista do Toldo, Porto União, Três Barras, Rio Negrinho, Belmonte, Navegantes, Ponte  
32 Alta do Norte, Ibiam, Peritiba, Nova Veneza Itajaí e Caibí.

33

34 **e) REDE DE FRIO – PORTARIA 1.429 DE 03 DE JULHO DE 2014**

35 A CIB **APROVOU** A adesão dos Municípios de Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque,  
36 Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville,  
37 Laguna, Palhoça, Rio do Sul, São Bento do Sul, São José, Xanxerê e SES. Além da adesão,  
38 os Municípios se habilitaram para aquisição de equipamentos, Unidade Móvel e construção.

39

40 **HOMOLOGAÇÃO**

41 **Deliberações ad referendum:** a CIB **HOMOLOGOU** as Deliberações assinadas de 05 a 14  
42 de agosto de 2014.

43

44 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

45

46 **a) PROJETO REDE DE FRIO**

47 A adesão dos municípios à Rede de Frio deve atender aos critérios da Portaria 1.429 de 03 de  
48 julho de 2014. Foi colocado pelos municípios a exigência da apresentação de Planta  
49 arquitetônica e o prazo exíguo para isto. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS  
50 refere que entrará em contato com o Ministério da Saúde sobre esta exigência e prazo de  
51 entrega. Vanessa da Silva, Gerente de Imunização da Diretoria de Vigilância Epidemiológica  
52 fez a leitura dos municípios habilitados à adesão à Rede de Frio e que deverão constar da  
53 Deliberação. Também citou como habilitada a SES na Rede de Frio.

54

55 **b) NOVA SISTEMÁTICA DO TFD**

56 Geraldo Azzolini, Gerente dos Complexos Reguladores e Adriana Honorato, responsável  
57 pelo TFD da Gerência dos Complexos Reguladores, apresentaram os resultados dos dados  
58 coletados dos municípios, relativos ao transporte dos pacientes em TFD, ano base 2012, com  
59 o objetivo de demonstrar o cálculo estimado de unidades de TFD (quilometragem acima de  
60 50 Km) com base na tabela SIGTAP. Na apresentação, alguns gestores questionaram alguns  
61 dados constantes na planilha, ficando acordado que o setor iria rever os dados e reapresentar  
62 e rediscutir na Câmara Técnica de Gestão, para dar continuidade dos trabalhos para a  
63 produção do cálculo estimado de unidades de TFD no Estado de Santa Catarina.

64

65 **c) COMPUTADORES PARA SALAS DE VACINA**

66 Vanessa, Gerente de Imunização, esclarece porque alguns municípios não conseguiram  
67 iniciar processo de compra dos equipamentos, porque esses municípios não possuíam



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

68 dinheiro em caixa. A DIVE informou que cerca de 40% dos municípios já haviam enviado o  
69 empenho e o recurso já havia sido encaminhado. Ficou acertado então que faríamos o envio  
70 do recurso independente da apresentação do empenho, e que os municípios teriam até o dia  
71 30 de novembro para enviar as notas fiscais como comprovação de compra.

72

73 **d) ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES: TRANSPARÊNCIA NO SITE DA SES SOBRE OS**  
74 **REPASSES**

75 Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS, solicita à SES, que o site da Secretaria  
76 de Estado da Saúde seja mais transparente, sobretudo, nos repasses de recursos aos  
77 municípios, discriminado cada recurso repassado para que os municípios identifiquem quais  
78 ações e serviços estão sendo efetivamente pagos. Até porque, muitas vezes, há pagamentos  
79 retroativos, ajustes, remanejamentos, confundindo o controle do gestor. Essa é uma demanda  
80 dos municípios sugerida ao Presidente do COSEMS. A Secretária de Estado da Saúde e  
81 Coordenadora da CIB/SES Tânia Eberhardt, cita que a SES corrigirá os problemas do site  
82 com brevidade.

83

84 **E) DEFINIÇÃO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS COM O RECURSO DO PARTICIPASUS.**

85 Clécio Espezim, Superintendente de Gestão, informa que na Câmara Técnica de Gestão foi  
86 sugerido que o recurso excedente, no valor aproximado de 2.400.000,00 fosse aplicado em:  
87 Apoio às Comissões Intergestores Regionais – CIR (fortalecimento e apoio); COSEMS  
88 (Projeto dos apoiadores); Oficinas sobre Instrumentos de Gestão, Regulação, Controle social  
89 e PEGASS. Luis Antonio Silva, Coordenador da CIB/COSEMS sugere incluir SIOPS com a  
90 Regulação. Esses recursos deverão ser repassados mediante Planos de Trabalho e  
91 coordenados pela Gerência de Planejamento do SUS.

92

93 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

94 – Do Hospital de Olhos de Chapecó: comunicado em que o Hospital cita – 1. Que após 17  
95 anos realizando cirurgias para o SUS e 12 anos sem reajuste, não possuem mais condições de  
96 continuar trabalhando para o SUS; – 2. Que a partir de 18/08/2014, ficam suspensas as  
97 cirurgias de catarata pelo valor da APAC praticado; entre outras considerações, solicita por  
98 fim, que as secretarias municipais de saúde devem repassar o valor de R\$ 560,00 para cada  
99 cirurgia de catarata.

100 – Ofício conjunto das Secretarias Municipais de Saúde de São João Batista, Romelândia,  
101 Matos Costa e Prefeitura de Belmonte sobre o descredenciamento dos Laboratórios  
102 Regionais de Próteses Dentárias – Portaria 2.183 de 1º de outubro de 2013.

103 – Ofício 030 de 2014 do Coordenador da CIR do Alto do Vale do Rio do Peixe, solicitando  
104 aumento de teto para o Município de Rio das Antas.

105 Com relação à leitura dos documentos recebidos, Maria Regina de Souza Soar, Secretária  
106 Municipal de Blumenau, refere as suas dificuldades em conseguir contratar médicos pela  
107 tabela SUS. A Coordenadora da CIB/SES, Tânia Eberhardt, lembra que foi gestora em  
108 município e nunca pagou a mais que a tabela do SUS. Também cita que não ajudará  
109 municípios que pagarem prestadores de serviços acima do valor da tabela SUS. A  
110 Coordenadora da CIB/SES ressalta que não se pode ceder fácil. Isso contribui para a perda  
111 do controle, ficando a conta sem responsável para pagar. Karin Geller, Diretora de  
112 Planejamento, Controle e Avaliação sugere que o problema do Oeste seja discutido na  
113 Comissão Intergestora Regional – CIR daquela Região. Karin Geller, Diretora de  
114 Planejamento, Controle e Avaliação, cita ainda que na Câmara Técnica de Gestão foi



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

115 discutido sobre a integralidade no atendimento e ficando consensuado a integralidade na  
116 assistência, englobando consultas, exames específicos para oftalmologia, pré e pós  
117 operatórios. Também ficou consensuado na Câmara Técnica de Gestão que o recurso seja  
118 repassado para o Município do Prestador e não para a origem do Paciente. Maria Cristina  
119 Subtil, Secretária Municipal de Saúde de Lages, informa que já teve problemas com as  
120 cirurgias de cataratas em função de seus médicos ficarem sabendo que Chapecó pagava  
121 valores diferenciados para as referidas cirurgias. A Coordenadora da CIB/SES, Tânia  
122 Eberhardt, refere que é importante falar o gestor falar com o médico e mostrar as vantagens e  
123 desvantagens em prestar o serviço, negociando um 'mix', um pacote, em que há  
124 procedimentos com baixos valores e procedimentos com altos valores, que no final  
125 compensam os serviços prestados. A Coordenadora da CIB/SES, Tânia Eberhardt, cita que a  
126 SES irá ao Oeste para uma reunião com a CIR. Luis Antonio Silva, Coordenador da  
127 CIB/COSEMS refere que a maioria dos municípios optará pelo pagamento ao gestor do  
128 prestador do serviço.

129 – Relatório da Gerente da EFOS, Lenir Granzotto, solicitando aprovação de mudança de  
130 curso, explicitado no parágrafo do documento descrito a seguir “A Escola de Formação de  
131 Saúde, segue alguns critérios essenciais para diagnosticar num primeiro momento a demanda  
132 existente em cada região. É encaminhado um ofício para as treze regiões de abrangência da  
133 EFOS, aos cuidados dos articuladores da CIES e dos presidentes da CIRs e Gerentes das  
134 GERSAs, solicitando o levantamento das necessidades de cursos para a região. Em virtude  
135 da dificuldade de cumprimento desta legislação por parte de muitas regiões, os cursos  
136 acabam não sendo aprovados pelos CEE/SC. Diante deste quadro, a EFOS, em algumas  
137 vezes, para não perder os recursos, necessita replanejar os cursos de formação que deveriam  
138 ser descentralizados para funcionarem em sua sede própria, impossibilitando o acesso de  
139 outros trabalhadores que necessitam de formação e ou qualificação em sua região.  
140 (PPP/EFOS, 2012). Sendo assim, contamos com sua colaboração e apoio para realizarmos  
141 mais um curso de urgência e emergência. Este curso vem ao encontro da necessidade de  
142 nossos servidores da saúde em estarem qualificados neste serviço, garantindo uma melhor  
143 qualidade do serviço prestado aos usuários do SUS. Por este motivo estamos solicitando a  
144 transformação de 2 turmas de Especialização Pós Técnico em Saúde Mental em um turma de  
145 Especialização Pós Técnico em Urgência e Emergência.

146

## 147 **INFORMES**

### 148 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

149 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria  
150 encaminhou o relatório de auditoria, referentes ao mês de junho e julho de 2014, em  
151 andamento ou concluídas em seus municípios.

152

### 153 b) **PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

154 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica  
155 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica,  
156 para que os gestores conheçam os processos de seus municípios.

157

### 158 c) **COAP E PEGASS**

159 Clécio Antonio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, informa que esteve na  
160 reunião da Câmara Técnica do CONASS e que foi discutido e consensuado que nenhum  
161 Estado da Federação assinará o COAP enquanto não houver garantia de recurso pelo



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

162 Ministério da Saúde. Informa também que os dois Estados (Ceará e Mato Grosso) que  
163 assinaram o COAP pensam em desistir do contrato. Com relação ao PEGASS (programação)  
164 cita que os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Maranhão serão os  
165 pilotos para implantação do PEGASS.

166

167 **d) LINHA DE CUIDADO DO TRAUMA**

168 Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, apresenta o andamento das discussões  
169 sobre a Linha de Cuidado do Trauma. E informa que a Portaria 1.366/2013 do Trauma e  
170 Portaria 880/2012 da TOM concedem um aporte adicional significativo de 80% aos  
171 procedimentos. Refere que a Portaria da TOM foi elaborada com base na produção de 2011,  
172 de acordo com a Portaria. Informa que o trauma trata do atendimento de urgência e  
173 emergência e os serviços são classificados em tipo I, II e III. Informa que a SES encaminhará  
174 todo o material para as CIRs, para que estas chamem os seus prestadores e definam as  
175 referências. O trauma inclui atendimentos hospitalares e ambulatoriais. Esclarece que as  
176 vistorias aos prestadores de serviços serão desencadeadas após o contato das CIRs com seus  
177 prestadores de serviços. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação  
178 ressalta que os hospitais portas de entrada da Rede de Urgência e Emergência são  
179 obrigatoriamente incluídos na Rede de Trauma.

180

181 **e) PROJETO R\$ 0,30**

182 A Secretária de Estado da Saúde e Coordenadora da CIB/SES Tânia Eberhardt informa que  
183 os pagamentos do incentivo estadual referente aos meses de maio e junho de 2014 serão  
184 depositados até final do mês de agosto de 2014. O recurso do IAC também será repassado  
185 até este prazo.

186

187 **f) APOIADORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

188 Clécio Antonio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, reclama da postura dos  
189 Apoiadores do Ministério da Saúde quanto à hierarquia. Cita que os mesmos dirigem-se  
190 diretamente aos municípios, passando por cima do Estado. Ressalta que os apoiadores devem  
191 participar colaborar juntamente com o Estado. Caso contrário, menciona que os apoiadores  
192 seriam dispensáveis. A fala de Clécio Espezim é corroborada pela Coordenadora da  
193 CIB/SES, Tânia Eberhardt.

194

195 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por  
196 mim e pelos Coordenadores.

197

**Florianópolis, 22 de agosto de 2014**